

ENTREVISTA/Teresa Jucá

# “A questão indígena diz respeito a todos”

Roelof Sá

ARQUIVO



Teresa Jucá pretende realizar amplos debates sobre o índio

A senhora foi designada relatora da Comissão Especial para Revisão do Estatuto do Índio. Era necessária esta Comissão? Por que o envolvimento do Congresso nesta questão que, para muitos, é atribuição da Funai?

— É de fundamental importância que a questão indígena seja discutida não só pelo Congresso, mas também pelos segmentos organizados da sociedade. Entendemos que a Funai é um órgão executor da política de proteção e apoio ao índio, e consequentemente tem que atuar de acordo com a definição dada pela sociedade nesta questão. Isto quer dizer que a questão indígena é maior que a Funai, pois ela diz respeito a toda nossa população. Ela é uma responsabilidade de todos, e a Câmara dos Deputados é sem dúvida um fórum legítimo e propício a definição das linhas básicas sobre o assunto. Entendemos portanto que a Comissão, mais do que própria e necessária, é extremamente oportuna, devido aos questionamentos que toda a sociedade brasileira faz sobre este tema.

Como relatora da comissão, qual será a sua posição sobre os índios, seus direitos e obrigações?

— É importante esclarecer qual deve ser o papel de uma relatora em comissão de tanta responsabilidade. Em primeiro lugar, a função de relatora deve ultrapassar até aos posicionamentos pessoais. Em outras palavras, quero dizer que é importante ter a consciência que tenho que colocar no papel, e apresentar em meu relatório, não uma posição pessoal da deputada, mas, sobretudo, um espelho real da sociedade brasileira. O relatório deve sintetizar o posicionamento

*“A questão indígena é maior que a Funai: é responsabilidade de todos e a Câmara dos Deputados é um fórum legítimo para definição das linhas básicas”*

Eleita com 22 por cento dos votos válidos em Roraima — votos obtidos até mesmo nas malocas indígenas —, a deputada Teresa Jucá (PDS/RR) com pouco mais de um ano de seu primeiro mandato chega à Relatoria da Comissão Especial para Revisão do Estatuto do Índio ciente de que deve manter uma posição de equidistância diante dos diversos segmentos envolvidos na questão indígena. Ela pretende apresentar, ao final dos trabalhos da comissão, uma síntese de anseios, esperanças e propostas para a melhoria da condição de vida do índio, dentro da realidade brasileira.

A Comissão terá como ponto de partida duas propostas, que já tramitam no Congresso Nacional: o projeto de lei 2.057 e um projeto do Poder Executivo. Mas a relatora pretende fazer da comissão um amplo fórum de debates sobre o assunto, levando para dar sua contribuição à questão, além dos próprios índios, especialistas no campo jurídico, antropológico e cultural.

Integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito que, ano passado, investigou o narcotráfico no País, a deputada Teresa Jucá sabe que o apelo da questão indígena envolve muitos interesses — políticos, ideológicos e econômicos — contraditórios. Ela se dispõe a trabalhar no sentido de produzir um texto objetivo, que espalhe a realidade e as necessidades das comunidades indígenas.

A deputada acredita, ainda, que a atual política indigenista tem seus pontos positivos. E destaca como fundamental a demarcação das áreas indígenas. Para ela, os eventuais excessos cometidos não podem servir de pretexto para a não demarcação dos territórios índios. A comissão inicia seus trabalhos em fevereiro e a relatora espera terminar os trabalhos antes do início da revisão constitucional de 1993, com uma proposta que possa contribuir significativamente para o índio brasileiro.

dos anseios, esperanças e compromissos de melhorar a condição da vida do índio, inseridos na atual realidade brasileira. Vamos ouvir muito, pesquisar, debater, visando aprimorar a legislação, tornando-a instrumento real da preservação e melhoria de qualidade de vida, aí inseridos todos os componentes, culturais, antropológicos, econômicos e sociais.

Como deverá atuar a comissão neste aspecto de discussão e debate da questão indígena?

— Nós temos um ponto de partida inicial que é o projeto de lei nº 2.057 apresentado pelos deputados Aloizio Mercadante, Fábio Feldman, José Carlos Sabóia, Nelson Jobim e Sidney de Miguel. Temos também, já em mãos, estudos e propostas do Executivo acerca do assunto. Portanto inicialmente, com base neste material que é de excelente qualidade, será possível desenvolver um debate sério e consistente sobre a questão. Devemos também ressaltar a participação dos próprios índios, de especialistas no campo jurídico, antropológico e cultural, além da própria análise e discussão da legislação vigente em vários países. Tenho a certeza que vamos conduzir um debate positivo e realista para a sobrevivência das comunidades indígenas do País.

Como deputada de primeiro mandato, a senhora não acha de muita responsabilidade ser relatora desta questão? A senhora está preparada para as pressões que vai sofrer?

— A responsabilidade de uma relatora sempre é muito grande. Neste caso, é ainda maior tendo em vista o apelo da questão, inclusive com envolvimento políticos, ideológicos e econômicos contraditórios. No entanto, a vida pública e política é sujeita não só a pressões como às injustiças. Estou pronta para ser relatora porque acredito que é possível fazer uma política de nível, que atue como fator de melhoria de vida das pessoas. As pressões legítimas serão recebidas, interpretadas e processadas, pois entendo que o Congresso é o ponto de conversão de anseios e esperanças que são encaminhados das mais diversas formas. Entretanto, as colocações mesquinhas, radicais e as tentativas de manipulação serão rejeitadas de pronto. Não admitiremos que a chance que temos, hoje, de concretamente atuarmos para resgatar a questão indígena na sua inteireza seja maculada por interesses menores. Trabalharemos no sentido de produzir um texto que espelhe objetivamente a realidade e as necessidades da questão indígena, isento de sectarismos ou de utopias.

No que diz respeito a atual política brasileira para o índio, quais os pontos que a senhora acredita satisfatórios?

— Acredito que existem pontos positivos, e um deles é a demarcação das áreas indígenas. A garantia da terra é fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas. Existe, hoje, uma acirrada discussão sobre esta matéria. No entanto, entendo que os excessos por

caso existentes não podem servir de pretexto para a não demarcação de terras. Entendo que nesta questão, historicamente, o índio brasileiro tem recebido um tratamento diferente do indígena americano, australiano e de países latino-americanos. Este é um ponto que precisa ser esclarecido, e sobretudo ga-

*“Existe hoje uma acirrada discussão a respeito da demarcação de áreas indígenas, mas os excessos que foram cometidos não podem ser pretexto para não demarcar”*

rantido nas legislações futuras.

O fato de termos, hoje, no Brasil realidades indígenas bastante diferentes não pressupõe que poderão haver distorções quanto à legislação a aprovar?

— Esta é uma questão bastante polêmica, que apresenta muitas interfaces. Acredito que a legislação a ser aprovada para ser o Estatuto das Sociedades Índi-

genas deve ser ampla e garantir os direitos fundamentais de cada cidadão e/ou cidadã indígena. É claro também que os aspectos econômicos, sociais e culturais são extremamente relevantes nesta relação com os diversos segmentos do povo brasileiro e, por isso mesmo, entendo que devemos regular princípios e garantias, mas não engessar o convívio ou o tipo de relação a ser vivida com estes segmentos. Cada comunidade, cada população indígena tem o seu estágio e consequentemente o seu ritmo cultural que deve ser respeitado e, sobretudo, protegido no seu direito e na sua forma de seguir na direção desejada.

Existe uma preocupação de sua parte em aproximar a sociedade brasileira nessa discussão da questão indígena, por quê?

— Eu diria que mais do que aproximar, é de fundamental importância que a sociedade brasileira assuma a questão indígena, se conscientize e participe não só da discussão, mas sobretudo de tomada de posição e de própria implementação das medidas necessárias. A pedra de toque desta questão foi no País, durante muito tempo, a integração da comunidade indígena à sociedade envolvente. Acredito que, hoje, este conceito já evoluiu, e é preciso que se fale em interação, relação ditada não pela assimilação, mas sim pela convivência, respeito e sobretudo responsabilidade. Isto pode parecer apenas uma troca de palavras, uma questão semântica, mas não é. Na interação, na concretização, na preser-

vação dos direitos, o papel da sociedade e do indivíduo é de fundamental importância, visto que na sua ação como cidadão ele estará reforçando ou aprendendo a destruir esta relação, esta convivência. Daí, a importância de participação de todos, de conscientização de todos.

A comissão tem a intenção de participar de forma efetiva da Rio-92?

— Temos já conversado com o presidente da comissão, o deputado Domingos Juvenil, sobre o assunto. Ele também tem a mesma opinião de que o fórum é o momento que a Rio-92 representa devem ser aproveitado e até maximizado como ponto de discussão, debate e troca de experiências. A forma de atuação no entanto será discutida com os membros da comissão, mantendo-se em decorrência um plano de trabalho.

O fato de ser casada com um ex-presidente da Funai não distorce um pouco sua visão sobre a questão indígena?

— Acredito que não. Em primeiro lugar porque tenho as minhas próprias posições, a minha experiência como parlamentar, e sobretudo a consciência de entender que, como disse anteriormente, ser relatora é mais do que colocar posições pessoais, é procurar passar para a proposta a síntese do pensamento nacional, suas esperanças, expectativas e até suas limitações. Em segundo lugar, porque pude acompanhar de perto, através da gestão de Romero na Funai, o quanto é complexa esta questão, e as muitas variáveis que interagem na administração de assunto tão palpitante. Aprendi a conhecer e respeitar a luta e as dificuldades das comunidades indígenas, ao mesmo tempo que travei conhe-

*“É preciso que se fale em interação — não em integração, relação ditada pela assimilação — mas pela convivência, respeito e, sobretudo, responsabilidade”*

cimento com as limitações e dificuldades operacionais legais e administrativas com que a Funai luta para atuar. Ele realizou um grande trabalho no órgão, mas, jamais, inclusive pela pessoa que é, procuraria interferir na condução das minhas atividades na comissão.

Mas ele será convocado para participar dos trabalhos da comissão?

— Se for necessário Romero ou outros ex-presidentes, assim como o atual presidente, poderão ser convidados a debater e opinar à luz da experiência e dificuldades que passaram para gerir a questão indígena no País. Tenho uma posição clara da questão indígena, e é com este posicionamento, completamente aberto ao diálogo, ao entendimento, à discussão e às experiências e propostas que pretendo conduzir a elaboração de texto final do projeto.

Há alguma previsão para término dos trabalhos da comissão?

— As sessões da comissão deverão ser iniciadas em fevereiro, e é importante que os trabalhos possam fluir bem este ano, já que 1993 é, inclusive, ano da revisão constitucional. O plano de trabalho e a proposta de atuar serão, no entanto, discutidos com o presidente e membros da comissão para que possamos, com liberdade, debater e analisar com profundidade o assunto, formulando ao final uma proposta que possa contribuir significativamente para a proteção, apoio e melhoria da condição de vida do índio brasileiro.